

A imaginação da terra

O pensamento brasileiro e a condição periférica

João Marcelo Ehlert Maia

Nos últimos anos, as ciências sociais vêm novamente dedicando grande atenção ao problema do espaço. Esse movimento, que para alguns pode ser classificado como um *spatial turn* nas disciplinas, implicou considerar o espaço não mais como cenário ou simples ambiente no qual relações sociais ocorrem, mas como variável que modela essas relações e que deve, portanto, ser alvo de teorização (cf. Rumford, 2006).

Essa “virada espacial” certamente vem produzindo trabalhos notáveis e inovadores, além de contribuir para a própria renovação das disciplinas (cf. Flint e Shelley, 1996; Sassen, 2000). Entretanto, boa parte do debate tomou como ponto de partida as formas de imaginação social fundadas na experiência urbana do Hemisfério Norte (cf. Maia, 2011). Por imaginação social, refiro-me não somente às teorias ou aos discursos científicos, mas ao vasto repertório de categorias, modos de dizer, narrativas e linguagens que compõem o discurso dos cientistas sociais. Isto é, sustento que a imaginação social que compõe as teorias sociológicas europeias sobre a espacialidade vale-se de elementos relacionados com a representação da cidade tal como concebida no Velho Continente. Por exemplo, o clássico texto de Georg Simmel sobre a experiência metropolitana tem como pano de fundo o tipo de sociabilidade vivenciado pelos cidadãos europeus naquele período histórico no qual o sociólogo alemão escrevia. Assim, diversas imagens e categorias que surgem no texto derivam daquele tempo-espaço específico,

embora boa parte da sociologia tome as inferências produzidas no texto como tendo validade universal, num movimento tipicamente eurocêntrico (cf. Connell, 2007).

Este artigo busca contribuir criticamente para esse debate por meio de uma investigação sintética sobre a espacialidade no chamado pensamento social brasileiro, que considero aqui uma forma de imaginação social própria da condição periférica, isto é, enunciada a partir de um lugar subalterno na divisão global de trabalho instaurada depois do século XV (cf. Wallerstein, 1996). Como é sabido, essa condição produz efeitos cognitivos e epistemológicos, não se restringindo ao campo da economia, o que me levou a analisar o pensamento social brasileiro a partir da sua posição liminar em relação à imaginação social europeia (cf. Maia, 2011). Por “pensamento social brasileiro”, entendo não apenas os livros e ensaios que constituíram os chamados “clássicos” brasileiros, usualmente localizados nas três primeiras décadas do século XX, mas também trabalhos produzidos no âmbito disciplinar das modernas ciências sociais, que, pela sua ambição e abrangência, dialogam com as questões fundamentais colocadas pelos clássicos. É por isso que tomo como material empírico para este artigo tanto autores clássicos, como Euclides da Cunha, quanto cientistas sociais contemporâneos, como Antonio Carlos Souza Lima e Antonio Carlos Robert de Moraes. O critério metodológico que me guiou foi baseado na centralidade que textos desses diferentes autores concederam ao problema do espaço na formação social brasileira, constituindo-se, portanto, em peças centrais na tradição intelectual nacional. Todos, portanto, são aqui considerados fontes “primárias” (por me subsidiarem na construção do argumento) e “secundárias” (por serem, eles próprios, analistas do tema em tela).

O artigo divide-se em três seções: na primeira, aprofundo brevemente o que entendo por “pensamento social brasileiro”, destacando sua produtividade contemporânea e seu potencial teórico. Em seguida, apresento uma análise sobre o lugar do espaço no pensamento brasileiro, destacando duas dimensões que me parecem recorrentes: uma relaciona o espaço aos processos históricos de controle social lançados pelo Estado e à perpetuação das desigualdades – o que chamo aqui de *controle* –, e outra refere-se ao espaço como a categoria que instaura uma diferença periférica do Brasil em relação às sociedades centrais, e que chamarei de *invenção*. A hipótese sustentada neste artigo é de que o pensamento brasileiro sobre a espacialidade – o que chamo de *imaginação da terra* – articula essas duas dimensões para analisar a condição periférica do Brasil. Por fim, na terceira seção, analiso quais

contribuições essa imaginação pode nos dar para pensar de forma criativa problemas contemporâneos relativos ao tema do espaço, evidenciando a necessidade de superarmos as limitações do eurocentrismo na sociologia.

O espaço *do* pensamento social brasileiro

Se o pensamento social brasileiro ocupa um espaço no campo das nossas ciências sociais, pode-se certamente dizer que é um lugar algo indefinido, pois nele habitam sociólogos, historiadores, cientistas políticos e antropólogos, sem que haja uma clara definição disciplinar. Além disso, tal lugar parece ser estranhamente paroquial. Afinal, não ouvimos falar do pensamento social alemão, argentino, albanês ou iraniano. Para muitos críticos da área, essa combinação de paroquialismo e frouxidão dos limites científicos traduzir-se-ia em um campo com baixa relevância e forte teor antiquarista¹.

Antes, portanto, de investigar o possível rendimento teórico do pensamento brasileiro, faz-se necessário explicar o que se entende por isso e justificar a sua relevância atual. A primeira definição possível orienta-se para os seus objetos, ou seja, para os textos clássicos produzidos por ensaístas, pelos pioneiros das ciências sociais brasileiras e por intelectuais brasileiros em geral. Nesse sentido, pesquisas no campo do pensamento brasileiro seriam basicamente historiográficas, já que se limitariam a analisar produções culturais não contemporâneas. Há pouco tempo, porém, passou-se a valorizar também a produtividade contemporânea dessa agenda de pesquisas, pois temas fundamentais como a construção do Estado-nação, o processo de modernização societária e a formação do campo cultural brasileiro estão longe de ser objetos “antiquaristas”, constituindo-se em questões centrais das ciências sociais brasileiras (cf. Brandão, 2005; Schwarcz e Botelho, 2011). Como a provar essa atualidade, recentes pesquisas na área vêm explorando justamente o potencial teórico das formulações clássicas, evidenciando o diálogo entre as fabulações tidas como ensaísticas e formas de pensamento social e político contemporâneas (cf. Botelho, 2007; Maia, 2010, 2011; Lessa, 2011).

Pode-se dizer, portanto, que, quando nos referimos ao campo do pensamento social brasileiro, não nos prendemos apenas aos textos clássicos da nossa tradição intelectual, mas também aos trabalhos contemporâneos que, partindo de um estudo crítico desses textos, constituem diálogos teóricos atuais. Exemplos desse tipo de trabalho são verificados nos escritos de Maria Arminda Arruda (2004), Rubem Barboza Filho (2000) e Luiz Werneck Vianna (1997). A primeira aborda o tema do pensamento social como

1. Como exemplo típico dessa crítica, ver a orelha assinada por Jessé Souza no livro de Frederic Vandenberghe (cf. Souza, 2010).

ponte para um diálogo mais amplo com a tradição teórica da sociologia da cultura, um campo disciplinar que está longe de ser paroquial ou passadista. Já Barboza Filho e Werneck Vianna, por sua vez, tomam como objeto tradições intelectuais clássicas, mas fazem mais do que história intelectual, relacionando essas tradições a problemas mais gerais da reflexão social, tais como os debates filosóficos sobre teorias democráticas contemporâneas – caso de Barboza Filho – ou os processos comparados de modernização burguesa – caso de Werneck Vianna. Também se podem citar os estudos mais recentes de André Botelho (2007), nos quais a investigação da sociologia rural brasileira está a serviço de uma reflexão sobre o problema da formação do Estado-nação num contexto em que a solidariedade social não se manifestou de forma similar ao mundo europeu. Nas obras desses últimos três autores, nomes como Antonio Gramsci, Jürgen Habermas, Charles Tilly e outros são interlocutores tão válidos como Oliveira Vianna, Maria Sylvania de Carvalho Franco e Tavares Bastos, por exemplo.

O arrazoado acima serve para evidenciar uma definição possível do campo do pensamento social brasileiro: ele é menos uma subárea da história intelectual do que uma forma de praticar as ciências sociais que leva em conta o potencial analítico da tradição intelectual brasileira. Se, conforme alertou Jeffrey Alexander (1999), as ciências sociais têm inúmeras razões para recorrer aos seus clássicos, torna-se mais fácil entender por que tantos estudiosos com outras agendas de pesquisa também encontram inspiração e argumentos na investigação sistemática de nossa tradição intelectual. Nesse sentido, estou falando do pensamento brasileiro menos como um objeto e mais como uma forma de pensar, que permite dialogar com tradições disciplinares específicas a partir de problemas teóricos mais gerais, relativos à construção do Estado-nação em contextos não clássicos e às vicissitudes decorrentes dessa condição, como violência estrutural, desigualdades profundas, mecanismos precários de solidariedade social e formas não liberais de regulação política.

Se seguirmos essa linha de argumentação a respeito do caráter produtivo contido no estudo de nossa tradição intelectual, é possível alargar um pouco mais o universo empírico que constitui os objetos de interesse no pensamento social brasileiro, incluindo nele textos que, por seu alcance, densidade e recepção, debatam temas aproximados àqueles discutidos nas clássicas interpretações do Brasil. Refiro-me a trabalhos de cientistas sociais que nunca foram inscritos no campo do ensaísmo, mas que produziram interpretações da formação brasileira que permitem o diálogo com as linhas de força de-

lineadas por essas produções mais propriamente ensaísticas. Há livros de historiadores, geógrafos, antropólogos e escritores em geral que escaparam aos seus respectivos registros disciplinares e se converteram em formas de interpretar o país. São exemplos dessa perspectiva estudos como *Homens livres na ordem escravocrata* (cf. Franco, 1969), *Bases do autoritarismo brasileiro* (cf. Schwartzman, 1982), *Revolução burguesa no Brasil* (cf. Fernandes, 1975) e *Capitalismo autoritário e campesinato* (cf. Velho, 1976). Todos eles foram, originalmente, estudos empíricos produzidos no âmbito acadêmico sob a égide de programas de pós-graduação e tradições disciplinares específicas. Entretanto, por força da recepção que tiveram e do lugar privilegiado que vieram a ocupar como livros que nos ajudaram a entender o Brasil contemporâneo, terminaram por se converter em textos clássicos do nosso pensamento social. Consequentemente, viraram também objetos intelectuais a partir dos quais cientistas sociais contemporâneos constroem suas próprias interpretações, consagrando-se, assim, como peças fundamentais do pensamento brasileiro. Essa operação de conversão ocorre em textos bem conhecidos na área, como “Sequências da sociologia política brasileira” (cf. Botelho, 2007) e “Weber e a interpretação do Brasil” (cf. Werneck Vianna, 1999). Nesses exemplos, alguns dos trabalhos são mobilizados de forma criativa, ao lado de obras tidas como eminentemente ensaísticas.

Feita essa introdução, faz-se necessário partir para um segundo movimento, de maior fôlego, que diz respeito ao espaço *no* pensamento social brasileiro. Assumindo que esse campo de estudos tem algo de fundamental a dizer sobre o processo de modernização da sociedade brasileira, é preciso inquiri-lo a partir do tema deste artigo – o espaço como objeto de conhecimento nas ciências sociais.

O espaço *no* pensamento social brasileiro

No início deste artigo, fiz referência a dois grandes eixos que, a meu ver, resumem a forma como o espaço foi trabalhado nas grandes interpretações do Brasil. Esses dois eixos estão longe de esgotarem o tema, mas são chaves analíticas fundamentais para deciframos uma das principais tensões existentes no próprio processo de formação territorial do país, que diz respeito à convivência entre o controle e a invenção. Trabalhos que almejaram produzir grandes interpretações da construção nacional jogaram luz sobre uma ou outra dessas dimensões, conferindo ao espaço lugar central na reflexão sobre como o Brasil se modernizou.

Para abordar a hipótese que associa espaço e *controle*, mobilizo trabalhos de historiadores, geógrafos e cientistas sociais que, em algum momento, lidaram com o espaço e seu lugar na formação histórica do país e na tradição intelectual brasileira. Privilegiei as produções que buscaram inserir o tema numa análise de longa duração, permitindo aos seus autores fornecer pistas importantes sobre o processo de construção nacional no Brasil.

No campo dos estudos historiográficos e literários sobre identidade nacional, o trabalho de Flora Süssekind (1990) sobre o romantismo brasileiro investiga como o cenário natural converteu-se em peça de essencialização de uma nação que parecia desprovida de historicidade. Nessa interpretação, o espaço teria sido fabulado pelos escritores nacionais como lugar que associava o Brasil a uma origem estável e – por que não dizer? – hierárquica. Perspectiva similar foi aventada no trabalho de Mary Louise Pratt (1991) sobre as viagens europeias às sociedades coloniais das Américas. Nele é mostrado como os viajantes produziam relatos fantásticos sobre a vegetação luxuriante e a grandiosidade da natureza, fixando a ideia de América como uma paisagem na qual os sujeitos mal apareciam, como um espaço despojado. Essa interpretação remete à visão filosófica do continente “destituído de História”, espécie de infância eterna e atemporal da humanidade, tema que esteve presente em Hegel e foi relido pela grande tradição da filosofia latino-americana, em especial na obra do mexicano Leopoldo Zea. O trabalho de José Murilo de Carvalho (1998) sobre o imaginário edênico no Brasil também evidenciou a persistência desse imaginário, apontando como a natureza teria ocupado, nas representações da identidade nacional brasileira, lugar análogo ao da disciplina histórica na experiência norte-americana. Na leitura de Carvalho, essa persistência tem algo de negativo, já que seria contraposta ao apreço dos estadunidenses pelas vidas institucional e democrática. Como se vê, os estudos sobre o pensamento social brasileiro desde muito apontam para uma conexão entre o peso da imaginação espacial e a reiteração de qualidades a-históricas e essencialistas do processo nacional. Nesse argumento, a centralidade do espaço nos processos e nas narrativas relativos à construção nacional brasileira indicaria ou uma predominância autoritária do Estado na organização da vida social, ou uma ausência de vigor democrático na sociedade. Em qualquer das alternativas, estamos diante daquilo que chamei de espaço como *controle*.

Ao tratarmos do lugar do espaço nos trabalhos geográficos e históricos que buscam interpretar o tema da fundação do país, o que prevalece é a percepção de que o Brasil foi visto antes como um território do que como

uma sociedade. Repete-se assim a ideia de que o peso do espaço na construção nacional seria um mau sinal, espécie de indicador de ausência de virtudes cívicas ou democráticas, algo que foi discutido por estudiosos da geografia, como Antonio Carlos Robert de Moraes (2000), e por historiadores ambientais, como José Augusto Pádua (2004). Esses estudos, de diferentes tradições disciplinares, converteram-se em clássicos modernos de suas respectivas áreas, servindo como peças de interpelação para uma reflexão mais ampla sobre a formação brasileira.

O trabalho de Robert de Moraes investiga o chamado “longo século XVI brasileiro” procurando entender como a dinâmica colonial implicou uma visão do Brasil como uma espécie de espaço sem povo, lugar a ser disciplinado por uma razão territorialista, ciosa da manutenção da integridade das fronteiras nacionais. Partindo dos estudos de Giovanni Arrighi, o autor mostra como o território foi central na racionalidade política do empreendimento colonial, traduzindo-se em elemento a assegurar a reprodução de estruturas hierárquicas de controle, que subordinavam o povo no processo de construção nacional. Já o estudo de Pádua analisa o papel da natureza como elemento central na produção da identidade brasileira, com repercussões não exatamente positivas na história subsequente, uma vez que, à medida que as elites coloniais descreviam o Brasil como um vasto espaço dotado de recursos naturais inesgotáveis, o país era visto como lugar a ser explorado e incorporado à divisão internacional do trabalho.

É interessante aproximar essas visões oriundas da geografia e da história ambiental a trabalhos antropológicos que, também por seu alcance imaginativo, converteram-se em peças de interpretação da formação brasileira, como as pesquisas feitas por Antonio Carlos Souza Lima (1995) sobre a lógica do poder tutelar, nas quais o autor analisa como as práticas de estatização que marcaram a administração pública nacional articularam-se a projetos de territorialização da autoridade. A política indigenista serve como exemplo perfeito dessa lógica, pois estaria baseada na construção de territórios estatais que implicavam mecanismos de governabilidade de sujeitos e grupos que viriam a ser homogeneizados por força da autoridade centralizada. Na visão de Lima, a forma como o território foi utilizado, enquanto recurso de poder para o Estado e objeto por excelência de sua regulação, relaciona-se à persistência de uma dinâmica que encontra sua raiz na nossa matriz colonial de formação.

O que há em comum entre essas diferentes leituras do espaço? Em primeiro lugar, é possível discernir uma perspectiva que enfatiza como o controle

territorial foi uma variável fundamental na própria constituição da dinâmica estatal brasileira. Nessa interpretação, o espaço é considerado uma variável que nos subordina ou aprisiona, traduzindo uma ação estatal controladora e autoritária, por vezes chamada de territorialista. Essa percepção tem afinidades com as descrições literárias analisadas nos trabalhos de Flora Süssekind e Mary Pratt, que figuram o território nacional como um espaço fixo, estável e, de certa forma, portador de uma qualidade atemporal. Tomando o argumento dessas autoras como critério analítico, é possível dizer que essas narrativas clássicas terminam por produzir descrições do Brasil que privilegiam a natureza como cenário e símbolo da nação em detrimento da dinâmica histórica produzida por conflitos entre sujeitos sociais. Em segundo lugar, poderíamos fazer ainda outra conexão, desta vez com uma discussão não propriamente brasileira, mas latino-americana, sobre a existência do colonialismo interno como uma marca constitutiva dos Estados da região: os espaços interiores foram constantemente mobilizados como reserva de recursos ou como territórios carentes de disciplina estatal sobre os indígenas (cf. Stavenhagen, 1967). Em resumo, essa forma de interpretar a centralidade do espaço no processo de construção nacional destaca a dinâmica do controle como variável fundamental na formação brasileira: trata-se de enfatizar como a espacialidade foi um indicador ora de autoritarismo, ora de ausência de historicidade e de conflito social.

Entretanto, há outra forma de pensar o lugar do espaço nas interpretações do Brasil, que também apreende uma dimensão fundamental da formação brasileira. Essa forma destaca a peculiaridade da conformação espacial do país como chave de entendimento de sua diferença periférica em relação às sociedades centrais, nascidas sob o signo da moderna cidade europeia. Trata-se do que chamei na introdução de *invenção*, e que traduz interpretações que viram no predomínio da espacialidade na formação brasileira um indicador de aspectos inovadores – embora nem sempre positivos – na experiência civilizatória nacional.

É possível localizar o marco inicial dessa linhagem interpretativa em Euclides da Cunha (cf. Maia, 2008). Ao publicar sua obra magna *Os sertões*, em 1902 (cf. Cunha, 1995a)², esse engenheiro aspirante a escritor buscava entender o choque entre diferentes Brasis ocorrido nos confins do sertão baiano nos últimos anos do século XIX, que ganhou o nome de “Guerra de Canudos”. Não há espaço aqui para discutir toda a vasta bibliografia euclidiana, tema que já se constitui, por si só, num gigantesco objeto de estudo no campo do pensamento social brasileiro. Gostaria apenas de apontar um

2. Utilizo aqui a edição das *Obras completas de Euclides da Cunha* compilada pela Editora Nova Aguilar e publicada em 1995.

dos temas fundamentais de *Os sertões*, invariavelmente presente em diferentes intérpretes da obra, que é a forma como o texto é dilacerado entre a celebração da necessidade do progresso e o elogio da terra, e do homem nela gerado; terra e homem tidos como essências autênticas da nação, mas destinados a desaparecer pelo próprio avanço civilizatório (cf. Costa Lima, 1997; Lima, 1999). Esse dilaceramento traduz-se na maneira pela qual Euclides convoca a “terra” como a chave para entender a produção de uma lógica social bárbara, dissonante, que implicaria outras formas de comportamento social, de cultura e de religião. Ao longo do livro, as imagens associadas ao “sertão” são contrapostas às imagens relacionadas com o mundo urbano, identificado com o litoral, evidenciando como o tema do espaço é percebido a partir da diferença entre o Brasil, uma sociedade periférica, e os países centrais na divisão global do capitalismo.

É sabido que Euclides não chegou a essa fatura de forma totalmente original, pois mobilizou diferentes fontes da ciência social europeia do século XIX, como as teorias de Gumplowicz e Taine, autores convocados de maneira algo torta para organizar uma reflexão sobre como a terra se constitui na variável por excelência para entender o estranho lugar do Brasil no mundo.

Entretanto, o modo como a terra é trabalhada no texto euclidiano afasta a hipótese da simples reiteração do determinismo geográfico, pois o argumento espacial escapa a uma simples variável física, convertendo-se numa imagem mais geral para pensar tipos sociais, sociabilidade e modos de organização da sociedade. Já é ponto estabelecido na bibliografia a dimensão imagética presente nas descrições geográficas apresentadas por Euclides, que muitas vezes surgem como metáforas amplas das regiões descritas (cf. Santana, 2001; Bernucci, 1995; Galvão, 1996). Essa dimensão é ainda mais perceptível nos textos euclidianos sobre a Amazônia (Cunha, [1909]* 1995b), nos quais ele coloca em questão a capacidade de os instrumentos científicos disponíveis conseguirem dar conta de uma terra que era movente, instável e radicalmente diversa dos cenários físico-geográficos que alimentaram a ciência do espaço europeia³. As descrições do autor sobre esse espaço vasto e desmedido enfatizam, justamente, a novidade representada por aquela geografia e a impossibilidade de reproduzi-la de forma adequada através do olhar científico então disponível (cf. Costa Lima, 1997).

Em trabalho anterior (cf. Maia, 2008), argumento que Euclides, nos textos de “Terra sem história”, relaciona essa nova forma de espacialidade a dois fenômenos: à precariedade das formas de vida e de trabalho nas vastidões amazônicas e ao tipo de ocupação realizado na região. Sobre o

*A data entre colchetes refere-se à edição original da obra. Ela é indicada na primeira vez que a obra é citada. Nas demais, indica-se somente a edição utilizada pelo autor (N.E.).

3. Euclides viajou para a região do Alto Purus em 1905, a convite do Barão do Rio Branco, que organizou uma comissão de reconhecimento destinada a resolver um litígio de fronteiras com o Peru. Ao retornar, o escritor pretendia lançar um livro intitulado *O paraíso perdido*, mas sua morte precoce, em 1909, não lhe permitiu finalizar o trabalho. Boa parte dos textos amazônicos de Euclides foi publicada nos livros *Contrastes e confrontos* (1907), *Peru versus Bolívia* (1907) e *À margem da história* (1909). Eu me refiro aqui especialmente à primeira parte deste terceiro livro, seção intitulada “Terra sem história”.

primeiro fenômeno, é possível relacionar, no texto de Euclides, a descrição de um espaço incontrolado, movente e hostil – o “inferno verde” descrito por Alberto Rangel ([1908] 2008), amigo do consagrado escritor – a uma existência humana rarefeita e pautada por lógicas morais e sociais que não replicavam o tipo de sociabilidade urbana da modernidade europeia, marcado pelo trabalho regular e assalariado. Quanto ao tipo de ocupação, Euclides classificava a colonização do Acre, por exemplo, como colonização “à gandaia”, realizada de forma pragmática e sem que seus agentes reiterassem os procedimentos coloniais tipicamente europeus, que sobrepunham, sem adaptação, códigos e regulamentos à realidade local.

Ou seja, se por um lado o texto apresenta uma poderosa crítica aos efeitos devastadores e contraditórios da modernização sobre os homens que lá viviam (cf. Hardman, 1998), é possível também inferir a emergência de uma forma de imaginação sobre o espaço que ressalta a diferença fundamental entre a terra brasileira e os espaços europeus, abrindo a possibilidade de se pensar a terra como invenção, ou seja, como um indicador de uma potência civilizatória não encontrada nos países centrais do capitalismo (cf. Maia, 2008). O que une essas duas dimensões é, justamente, a percepção da condição periférica do país, variável que, no texto euclidiano, nos permite explicar tanto o legado de ruínas deixado pelas ferrovias que buscariam cortar o “inferno verde”, como o incipiente surgimento de novas formas de vida e de existência, que não reproduziriam os modelos europeus.

Nota-se que as interpretações de Euclides sobre o lugar do espaço na formação brasileira consagram uma imaginação que elege a terra não como simples variável científica ou símbolo de nossa suposta autenticidade, mas como imagem por excelência para discutir o estatuto da civilização numa sociedade periférica.

Pode-se dizer que essa linguagem prosperou ao longo da Primeira República. Em seu trabalho sobre o tema, Nísia Lima (1999) provou como as representações geográficas sobre a identidade nacional alimentadas por parte significativa dos intelectuais do período, tais como os sanitaristas e os ensaístas da década de 1920, como Oliveira Vianna e Vicente Licínio Cardoso, estruturavam-se em torno da dualidade entre sertão e litoral. Essa dualidade não se prendia a referentes físicos delimitados, pois os dois termos se definiam de forma relacional, implicando modos distintos de experiência social que conviviam no país. O que é interessante notar é o argumento de Lima sobre como o “sertão” traduzia uma experiência tida como americana e oposta ao mundo “europeu”, que seria característico das cidades litorâneas

brasileiras. Essa americanidade – categoria utilizada pela autora – teria sido associada à originalidade dessas regiões e às suas características como sociedades de “fronteira”, evidenciando, como é possível relacionar a imaginação da terra à percepção de uma diferença periférica do Brasil em relação ao Velho Mundo, como sustento neste artigo.

Um estudo de caso – também discutido no livro de Nísia Lima e no meu próprio trabalho de 2008 – que oferece ótimo exemplo desse tipo de imaginação é o de um pensador tido como menor, mas que exerceu notável influência entre seus pares na Primeira República. Vicente Licínio Cardoso (1889-1931) foi educador, ex-presidente da Associação Brasileira de Educação (ABE), escritor e ensaísta. Em alguns de seus textos (cf. Cardoso, 1924a, 1924b), ele utilizava a expressão “força da terra” para referir-se não exatamente ao determinismo geográfico, mas a uma qualidade típica de sociedades não europeias, como a Rússia e o Brasil, nas quais o isolamento dos homens perdidos nas grandes extensões, a ausência de vida social organizada e a invertebração social se combinariam a uma potência inventiva nova, que poderia representar um novo tipo de imaginação no Ocidente. Licínio Cardoso estava ciente de que essa “força da terra” não se restringia ao determinismo geográfico. Em texto sobre o tema (cf. Cardoso, [1933] 1979), sustentou que utilizava a terra como categoria de explicação não apenas para discorrer sobre o efeito do meio físico sobre os homens, mas também para pensar o efeito democratizador ou inventivo relacionado com a criação de novas formas de vida em sociedades que não replicavam o modelo europeu. Ou seja, força da terra é uma imagem espacial para pensar problemas da modernidade na periferia, e não simplesmente uma variável científica do determinismo geográfico.

Em outras produções culturais dedicadas a interpretar o Brasil, como as do âmbito literário e cinematográfico, também é possível identificar exemplos dessa forma de conceber a espacialidade. Um deles é o estudo de Willi Bolle (2004) sobre Guimarães Rosa, no qual o autor argumenta que o sertão de Guimarães é uma geografia que não se limita ao agrário ou ao interior, constituindo-se no modo de o autor falar das contradições e dilaceramentos do processo de modernização capitalista na sociedade brasileira. Assim, seu sertão imagético não seria propriamente o lugar do atraso ou do “tradicional”, mas uma categoria nova que, na verdade, embaralhava a própria distinção entre rural e urbano. Ao utilizar o conceito benjaminiano de alegoria, Bolle mostra como os escritos de Guimarães inventam um espaço sertanejo que servia para operar a crítica da monumentalidade do projeto

moderno. Como se vê, é possível inferir desse argumento uma visão da forma pela qual diferentes escritores e pensadores visualizaram no mundo agrário as chaves para o entendimento da condição periférica.

Essa relação entre espaço e invenção é visível também no próprio Cinema Novo brasileiro, cuja trilogia tida como fundacional – *Os fuzis*, de Ruy Guerra, *Vidas secas*, de Nelson Pereira dos Santos, e *Deus e o diabo na terra do sol*, de Glauber Rocha – é voltada exatamente para os temas e as questões do universo agrário. Esses filmes, como se sabe, não buscam retratar de forma nostálgica um mundo rural em vias de desaparecimento, mas usar os espaços não urbanos para pensar problemas da revolução brasileira (cf. Ridenti, 2000) e da inscrição do Brasil no mundo moderno. Não é à toa que parte da crítica localizou no cinema de Glauber um imaginário terceiro-mundista que reafirmava a linguagem sertaneja como ponte original para estabelecer diálogos entre outras experiências periféricas ao redor do mundo (cf. Bentes, 2002).

Dito isso, o que podemos extrair dessa segunda dimensão do pensamento brasileiro sobre o espaço? De forma sintética, é possível afirmar que a terra surge nesses diferentes registros como uma categoria que instaura uma diferença em relação à imaginação europeia sobre a modernidade. No Velho Mundo, a sociologia traduziu os diferentes fenômenos novos que desafiavam a consciência dos europeus por meio de conceitos e categorias relacionados com o universo da metrópole urbanizada. Assim podemos entender palavras como “cidade”, “sociedade civil”, “divisão social do trabalho” e “esfera pública”, entre outras. O repertório típico que marcou as sociologias clássica e moderna foi construído a partir de uma imaginação espacial centrada na cidade europeia e suas qualidades, bem como nos seus objetos e cenários (cf. Maia, 2011).

Ora, se investigarmos a imaginação social acima descrita, reconheceremos a diferença periférica. No lugar da cidade, surge como imagem principal a terra, essa extensão indefinida, desconhecida e habitada por linhagens, etnias e grupos humanos que muito diferem dos cidadãos que comerciavam na sociedade civil burguesa. No lugar do monopólio da violência pelo Estado-nação pacificado, vemos guerras de clãs rurais, nomadismo, patriarcalismo e violência constante dos homens livres na “ordem escravocrata”.

Na articulação das duas dimensões descritas nesta seção – controle e invenção – reside a chance de aproveitar o potencial teórico contido no pensamento brasileiro e em suas imagens espaciais. A conclusão a seguir busca exatamente explorar essa chance.

Conclusão

Pode-se perguntar agora qual a rentabilidade contemporânea dessas imagens espaciais produzidas nas interpretações do Brasil. Afinal, a argumentação apresentada até aqui reiterou o quanto essas imagens nos explicam sobre os dilemas formadores da sociedade brasileira, mas pouco nos informou sobre seus possíveis ganhos analíticos em termos atuais. Nesta conclusão, sustento que esses ganhos não apenas existem, mas podem ser orientados para duas direções: uma relacionada com o próprio entendimento da dinâmica modernizadora no Brasil, e a outra, com as discussões teóricas contemporâneas sobre o problema da espacialidade.

No primeiro caso, as duas linhagens que mencionei ao longo deste artigo – uma que vê o espaço sob o signo do autoritarismo e da imobilidade social, e outra que vê a terra como traduzindo uma diferença periférica do Brasil em relação às sociedades centrais – podem ser articuladas para entendermos como o espaço, na aventura moderna brasileira, combina uma dimensão dialética, mesclando autoritarismo e lógica tutelar sobre os cidadãos, com experiências de liberdade, movimento e invenção. É isso que chamo de *imaginação da terra*. Um exemplo empírico dessa dialética está na forma pela qual, ao longo de nossa história, grandes projetos estatais de controle e reordenamento do espaço foram – e são – adensados ou ultrapassados por vastos movimentos humanos de trabalhadores, camponeses e outros atores em busca de liberdade, produção e novas formas de vida. O trabalho de Berta Becker (1987), por exemplo, mostrou como a racionalidade estatal que guiava os processos de colonização na região Norte foi contraposta pela mobilidade de setores populares que, seguindo o incentivo estatal, contribuíram para ultrapassar os seus limites e instaurar novas dinâmicas de povoamento. Esse tema foi trabalhado também pela historiografia colonial, que destacou a maneira pela qual a movimentação das gentes pelo território foi uma característica fundamental da formação brasileira e da própria estruturação dessa sociedade, que combinava desigualdade e mobilidade social (cf. Faria, 1998; Campos, 2005; Moura, 2005).

Essa chave de interpretação certamente nos ajuda a entender fenômenos modernos no Brasil, desde a chamada Marcha para Oeste no governo varguista até o recente retorno do desenvolvimentismo, representado por grandes projetos de hidrelétricas como Jirau e Belo Monte. No primeiro caso, o planejamento estatal autoritário que visava reordenar o que se

acreditava ser os “espaços vazios” da nação combinou-se à reconfiguração de localidades e assentamentos por parte das populações locais. No que se refere ao novo desenvolvimentismo, é interessante notar como a retomada da ação do Estado sobre o território amazônico foi acompanhada pela emergência do associativismo sindical, num processo que contribuiu para mobilizar setores sociais que associam trabalho a processos migratórios constantes.

Essa dialética entre controle e invenção pode também ser verificada nas novas áreas de fronteira do Brasil moderno, estejam elas nas pequenas cidades do interior dinamizadas pela expansão das fronteiras agrícolas ou nas periferias urbanas das grandes metrópoles nacionais. Isso porque a combinação entre violência, predação do espaço, informalidade e novas formas de habitação – cenário típico desses territórios – não pode mais ser descrita apenas por meio da tradicional divisão entre “urbano” e “rural”. Uma sociologia política da espacialidade brasileira não se esgota no tema do rural, constituindo-se, na verdade, em uma forma de interpelação das relações entre território e condição periférica *em geral*.

Não é por outro motivo, aliás, que a grande sociologia interpretativa do movimento do capitalismo brasileiro tenha sua origem na nossa tradição de sociologia agrária. Tome-se, por exemplo, todo o complexo debate sobre a fronteira no capitalismo nacional, feita em obras seminais como as de José de Souza Martins (1996, 1997). A interpretação de Martins evidencia que frentes de expansão e frentes pioneiras se articulam de forma dialética, e não dispostas num movimento linear e cronológico. Assim, o movimento dos homens pobres por novas áreas poderia ser integrado a processos capitalistas de reprodução social, que transformariam diferença em atraso. Entretanto, essa movimentação também poderia representar uma dinâmica cultural e simbólica que escapa à acumulação de capital, configurando outra forma de vida e de economia.

Por fim, é a partir desse conjunto de inferências sobre a relação entre espacialidade e modernização capitalista brasileira que podemos verificar a contribuição eminentemente teórica do pensamento brasileiro. Nas últimas décadas, muito se discutiu sobre o chamado *spatial turn* nas ciências sociais e sobre a necessidade de inserir o espaço não apenas como cenário da vida social, mas como elemento processual e formativo de suas dinâmicas. Ora, como afirmei na introdução deste artigo, boa parte dessa discussão ainda se refere ao repertório teórico fornecido pela sociologia europeia, que codificou o espaço através dos conceitos de “cidade” e “urbano”. Entretanto,

esse repertório mostra-se insuficiente diante das realidades do chamado Sul Global, em que grandes aglomerados tidos como urbanos não são facilmente inteligíveis a partir dessas categorias.

O caso indiano, por exemplo, mostra que a urbanização não foi um processo correlato ao da industrialização, o que implicou uma organização social do trabalho diversa daquela existente no mundo europeu (cf. Patel, 2006). Além disso, a centralidade do colonialismo fez com que diferentes formas de classificação e hierarquização se sobrepusessem nas grandes cidades da Índia, articulando classes, castas e gêneros de maneira imprevisível (cf. *Idem*). Por fim, os modos de fazer político que acompanham a urbanização indiana contemporânea não estão contidos no registro da “esfera pública” ou da “sociedade civil”, pois muitos dos movimentos que surgem nas metrópoles do país são baseados em reivindicações por direitos que partem de situações ilegais de ocupação do solo, entrecruzando lideranças comunitárias, religiosas, máquinas políticas e associações ilegais (cf. Chatterjee, 2004).

Como se vê, o exemplo indiano evidencia que levar o *spatial turn* a sério implicaria incorporar outras formas de pensar a espacialidade para além da linguagem europeia da sociologia urbana, reconhecendo cenários mais complexos e multifacetados, nos quais a própria disjuntiva rural-urbano é posta em questão.

O pensamento brasileiro mostra algumas chaves analíticas para o enfrentamento teórico evidenciado pelo caso indiano. Imagens clássicas como “fronteira” e “sertão” podem implicar a percepção de outros universos sociais nos quais as dinâmicas do capitalismo incorporam formas precárias e criativas de vida e trabalho, permitindo-nos aferir com mais nitidez a fenomenologia dos espaços fronteiriços que marcam as periferias das grandes cidades do Sul Global, estejam essas periferias localizadas nas metrópoles, nas novas cidades do Centro-Oeste ou nas franjas da fronteira agrícola. Nesse sentido, reabrir o potencial teórico contido no universo do pensamento social brasileiro está longe de ser simples atividade de fruição intelectual, já que implica dialogar com algumas das questões mais relevantes na atual democracia brasileira.

Referências Bibliográficas

- ALEXANDER, Jeffrey. (1999), “A importância dos clássicos”. In: GIDDENS, Anthony & TURNER, Jonathan (orgs.). *Teoria social hoje*. São Paulo, Editora da Unesp, pp. 23-90.
- ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. (2004), “Pensamento brasileiro e sociologia da cultura: Questões de interpretação”. *Tempo Social*, São Paulo, 16 (1): 107-118.

- BARBOZA FILHO, Rubem. (2000), *Tradição e artifício: iberismo e barroco na formação americana*. Belo Horizonte/Rio de Janeiro, Editora da UFMG/Iuperj.
- BECKER, Berta. (1987), “Estratégia do Estado e povoamento espontâneo na expansão da fronteira agrícola em Rondônia: Integração e conflito”. In: KOHLHEPP, Gerd & SCHRADER, Achim (orgs.). *Homem e natureza na Amazônia*. Geographisches Institut, Universität Tübingen, pp. 237-252.
- BENTES, Ivana. (2002), “Terra de fome e sonho: o paraíso material de Glauber Rocha”. Disponível em <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/bentes-ivana-glauber-rocha.html>>, consultado em 20/6/2012.
- BERNUCCI, Leopoldo. (1995), *A imitação dos sentidos: prólogos, contemporâneos e epígonos de Euclides da Cunha*. São Paulo, Edusp.
- BOLLE, Willi. (2004), *Grande sertão BR: o romance de formação do Brasil*. São Paulo, Editora 34.
- BOTELHO, André. (2007), “Sequências de uma sociologia política brasileira”. *Dados – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, 50 (1): 49-82.
- BRANDÃO, Gildo Marçal. (2005), “Linhagens do pensamento político brasileiro”. *Dados – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, 48 (2): 231-269.
- CAMPOS, Maria V. (2005), “Goiás na década de 1730: pioneiros, elites locais, motins e fronteira”. In: BICALHO, Maria Fernanda & FERLINI, Vera Lúcia (orgs.). *Modos de governar: ideias e práticas políticas no Império português (séculos XVI-XIX)*. São Paulo, Alameda, pp. 341-359.
- CARDOSO, Vicente Licínio. (1924a), “O ambiente do romance russo”. In: _____. *Vultos e ideias*. Rio de Janeiro, Anuario do Brasil.
- _____. (1924b), “Euclides da Cunha”. In: _____. *Figuras e conceitos*. Rio de Janeiro, Anuario do Brasil.
- _____. ([1933] 1979), “À margem do Segundo Reinado”. In: _____. *À margem da história do Brasil*. São Paulo, Nacional, pp. 71-126.
- CARVALHO, José Murilo de. (1998), “O motivo edênico no imaginário social brasileiro”. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-69091998000300004&script=sci_arttext>, consultado em 16/6/2012.
- CHATTERJEE, Partha. (2004), *The politics of the governed: reflections on popular politics in most of the world*. New York, Columbia University Press.
- CONNELL, Raewyn. (2007), *Southern theory: the global dynamics of knowledge in social sciences*. London, Polity Press.
- COSTA LIMA, Luiz. (1997), *Terra ignota: a construção de Os sertões*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- CUNHA, Euclides da. ([1902] 1995a), “Os sertões”. In: _____. & COUTINHO, Afrânio (orgs.). *Obras completas*. Rio de Janeiro, Nova Aguilar, vol. 2, pp. 99-515.

- _____. ([1909] 1995b), “À margem da história”. In: _____ & COUTINHO, Afrânio (orgs.). *Obras completas*. Rio de Janeiro, Nova Aguilar, vol. 1, pp. 249-425.
- FARIA, Sheila de C. (1998), *A colônia em movimento: fortuna e família no cotidiano colonial*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira.
- FERNANDES, Florestan. (1975), *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. Rio de Janeiro, Zahar.
- FLINT, Collin & SHELLEY, Fred. (1996), “Structure, agency and context: the contributions of geography to world-systems analysis”. *Sociological Inquiry*, Hoboken, 66 (4): 496-508.
- FRANCO, Maria Sílvia de Carvalho. (1969), *Homens livres na ordem escravocrata*. São Paulo, Instituto de Estudos Brasileiros.
- GALVÃO, Walnice Nogueira. (1996), “Metáforas náuticas”. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, 41: 123-130.
- HARDMAN, Francisco Foot. (1998), *Trem fantasma: a modernidade na selva*. São Paulo, Companhia das Letras.
- LESSA, Renato. (2011), “Da interpretação à ciência: por uma história filosófica do conhecimento político no Brasil”. *Lua Nova*, 82: 17-60. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64452011000100003&lng=en&nrm=iso>.
- LIMA, Antonio Carlos S. (1995), *Um grande cerco de paz: poder tutelar, indianidade e formação do Estado no Brasil*. Petrópolis, Vozes.
- LIMA, Nísia T. (1999), *Um sertão chamado Brasil: intelectuais e representação geográfica da identidade nacional*. Rio de Janeiro, Revan.
- MAIA, João Marcelo E. (2008), *A terra como invenção: o espaço no pensamento social brasileiro*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar.
- _____. (2010), “O pensamento social brasileiro e a imaginação pós-colonial”. *Revista Estudos Políticos*, Rio de Janeiro, 0 (1): 64-78.
- _____. (2011), “Space, social theory and peripheral imagination: Brazilian intellectual history and de-colonial debates”. *International Sociology*, 26 (3): 392-407.
- MARTINS, José de Souza. (1996), “O tempo da fronteira: retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira”. *Tempo Social*, 8 (1): 25-70.
- _____. (1997), *Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano*. São Paulo, Hucitec.
- MORAES, Antonio C. R. de. (2000), *Bases da formação territorial do Brasil: o território colonial brasileiro no “longo” século XVI*. São Paulo, Hucitec.
- MOURA, Denise A. Soares de. (2005), *Sociedade movediça: economia, cultura e relações sociais em São Paulo – 1808-1850*. São Paulo, Editora da Unesp.

- OLIVEIRA, Lúcia Lippi. (1999), “Interpretações sobre o Brasil”. In: MICELI, S. (org.). *O que ler na ciência social brasileira, 1970-1995*. São Paulo, Sumaré, pp. 147-182.
- PÁDUA, José Augusto. (2004), *Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786-1888)*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar.
- PATEL, Sujata. (2006), “Introduction. Urban studies: an exploration in theories and practices”. In: PATEL, Sujata & DEB, Kushal (orgs.). *Urban studies*. New Delhi, Oxford University Press, pp. 1-38.
- PRATT, Mary Louise. (1991), “Humboldt e a reinvenção da América”. *Revista Estudos Históricos*, 4 (8): 150-176.
- RANGEL, Alberto. ([1908] 2008), *Inferno verde: cenas e cenários da Amazônia*. Manaus, Valer.
- RIDENTI, Marcelo. (2000), *Em busca do povo brasileiro: artistas da revolução, do CPC à era da TV*. Rio de Janeiro, Record.
- RUMFORD, Chris. (2006), “Introduction: theorizing borders”. *European Journal of Social Theory*, 9 (2): 155-169.
- SANTANA, José Carlos Barreto de. (2001), *Ciência e da arte: Euclides da Cunha e as ciências naturais*. São Paulo/Feira de Santana, Hucitec/UEFS.
- SASSEN, Saskia. (2000), “Spatialities and temporalities of the global: elements for a theorization”. *Public Culture*, 12 (1): 215-232.
- SCHWARCZ, Lília Moritz & BOTELHO, André. (2011), “Pensamento social brasileiro, um campo vasto ganhando forma”. *Lua Nova*, 82: 11-16. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64452011000100002&lng=en&nrm=iso>.
- SCHWARTZMAN, Simon. (1982), *Bases do autoritarismo brasileiro*. Rio de Janeiro, Campus.
- SOUZA, Jessé. (2010), Texto de orelha. In: VANDENBERGHE, F. *Teoria social realista: um diálogo franco-britânico*. Belo Horizonte, Editora da UFMG.
- STAVENHAGEN, Rodolfo. ([1965] 1967), “Sete teses equivocadas sobre a América Latina”. In: DURAND, J. C. G. (org.). *Sociologia do desenvolvimento*. Rio de Janeiro, Zahar, pp. 121-136.
- SÜSSEKIND, Flora. (1990), *O Brasil não é longe daqui*. São Paulo, Companhia das Letras.
- VELHO, Otávio Guilherme. (1976), *Capitalismo autoritário e campesinato: um estudo comparativo a partir da fronteira em movimento*. São Paulo, Difel.
- WALLERSTEIN, Immanuel. (1996), *Open the social sciences: report of the Gulbenkian Commission on the Restructuring of the Social Sciences*. Stanford, Stanford University Press.
- WERNECK VIANNA, Luiz J. (1997), *A revolução passiva: iberismo e americanismo no Brasil*. Rio de Janeiro, Revan.
- . (1999), “Weber e a interpretação do Brasil”. *Novos Estudos – Cebrap*, 53: 33-48.

Resumo

A imaginação da terra: o pensamento brasileiro e a condição periférica

As ciências sociais nas últimas décadas redescobriram a relevância do espaço como categoria de análise. O artigo discute esse *spatial turn* a partir da perspectiva do pensamento social brasileiro, enquadrado aqui como uma forma de imaginação periférica. Ao analisar a longa história da reflexão sobre o espaço entre intelectuais e escritores brasileiros, sugiro que esses escritos clássicos sobre a terra e o sertão fornecem subsídios importantes para se pensar a espacialidade na sociedade contemporânea de uma forma não eurocêntrica.

Palavras-chave: Pensamento social brasileiro; Espaço; Teoria social.

Abstract

The land's imagination: Brazilian thought and the peripheral condition

The social sciences over the last few decades have rediscovered the relevance of space as an analytic category. The article discusses this 'spatial turn' from the perspective of Brazilian social thought, framed here as a form of peripheral imagination. Analyzing the long history of reflection on space among Brazilian intellectuals and writers, I suggest that these classic writings on the land and Brazil's sertão region provide important material for thinking of spatiality in contemporary society in a non-Eurocentric way.

Keywords: Brazilian social thought; Space; Social theory.

Texto recebido em 10/1/2013 e aprovado em 24/1/2013.

João Marcelo Ehlert Maia é professor adjunto e coordenador de ensino de graduação do CPDOC/Escola de Ciências Sociais da Fundação Getúlio Vargas – Rio de Janeiro. E-mail: joao.maia@fgv.br.